



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX
1ª Reunião do Grupo Técnico de Regulação em Comércio Exterior
12 de abril de 2017 - 10h

ATA

Ata da 1ª Reunião do Grupo Técnico de Regulação em Comércio Exterior, realizada no dia 12 de abril de 2017, sob a coordenação da Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, Tatiana Rosito, e com a participação de Kélvia Albuquerque, Suiane Fernandes, Gustavo Oliveira e Symone Lima (Casa Civil da Presidência da República); Maria Eduarda Machado, Rafael Mafra e Graciane Castro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA); Lea Freitas e Anamaria Martins (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro); Renata Carvalho, Eduardo Celino, Juliana Pires, Renata Thompson e Carlos Veloso (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC); Sérgio Oliveira (Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ); João Paulo Terra e Ana Flávia Bonzanini (Ministério das Relações Exteriores - MRE); Gabrielle Troncoso e Camilla Horta (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA); Marcelo Bernardes (Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC); Pablo Cesário (Confederação Nacional da Indústria - CNI); Tenente-Coronel Dimas Silva e Aspirante Halley Nunes (Exército Brasileiro); Nara Kohlsdorf, Yuri Moraes e Márcia Mon-Ma (Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT); Simone Brandão e Victor Dias (Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL); Soraya Castilho (Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – SPPI/PR); Márcio Lima, Eduardo Alencar, Felipe Caixeta, Marcelo Reis, Rodrigo Pinto, João Augusto Baptista Neto e Flávia Furtado (Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - SE-CAMEX); Diogo Ferreira (Ministério da Fazenda - MF); Rudolf de Noronha e Ana Carolina Rios (Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS).

1. Apresentação do Grupo Técnico de Regulação em Comércio Exterior

Ao abrir a reunião, a Secretária-Executiva da CAMEX recordou que a proposta de criação do GT Regulação havia sido aprovada durante a 146ª Reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da CAMEX, em 29/03/17. Explicou que o principal objetivo da 1ª reunião do GT era o de permitir a troca de experiências entre agências reguladoras e demais órgãos de governo no que diz respeito à implementação de boas práticas regulatórias, tendo em vista especialmente os impactos da atividade regulatória sobre o comércio exterior. A partir dessa troca de experiências, se iniciará a construção, em conjunto com todos os órgãos, de uma agenda regulatória comum. Em seguida, a Secretária-Executiva da CAMEX abriu a palavra para comentários e sugestões dos presentes.

A representante da Secretaria de Comércio de Serviços do MDIC observou que, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social realizada no dia anterior, representantes do setor privado informaram que iriam elevar ao Presidente da República recomendações para a atuação do governo nas áreas de coerência e convergência regulatórias, com foco sobre o comércio exterior.

O representante da Divisão de Acesso a Mercados (DACCESS) do MRE, por sua vez, manifestou apoio à iniciativa de criação do GT Regulação. Ressaltou que o tema da coerência regulatória vem ganhando cada vez mais atenção, inclusive nas negociações comerciais de que o País participa. Recordou estar em curso processo de revisão do estoque regulatório ("acquis") da OCDE e solicitou o apoio dos demais órgãos no referido processo.

2. Gestão racional do estoque regulatório no comércio exterior

A representante da Casa Civil da Presidência da República ofereceu panorama de algumas das principais iniciativas das agências reguladoras voltadas à gestão racional do estoque regulatório. Mencionou a experiência da Agência Nacional do Petróleo, que incorporou a prática da revisão de estoque regulatório ao seu processo de elaboração de normas. Discorreu sobre a experiência da Agência Nacional de Energia Elétrica, que realiza exercício regular de avaliação de seu estoque regulatório visando à revogação ou reclassificação de normas superadas. Comentou também sobre a prática da ANATEL de realização de consultas públicas para identificação de regulamentos a serem revisados. Informou ainda sobre iniciativa da ANTT, que, em 2012, contratou consultores para a realização de análise do seu estoque regulatório de acordo com padrões do Banco Mundial.

A ANVISA realizou apresentação sobre o projeto de compilação de normas da Agência, que foi desenvolvido em cooperação com a CNI. Destacou que a compilação de normas trouxe resultados positivos, tais como facilitação do acesso aos atos normativos, maior garantia de contar com informação completa sobre as normas vigentes para um determinado setor, maior eficiência dos mecanismos de pesquisa de normas e a redução de interpretações equivocadas. Avaliou também que a cooperação com a CNI possibilitou que a tarefa de compilação fosse realizada em tempo reduzido e contribuiu para aprimorar a disponibilidade de informações, além de ter permitido troca de experiências importante com o setor privado.

Ao comentar a apresentação da ANVISA, representante do INMETRO ressaltou a importância de contar com repositório único de regulamentos. Chamou atenção também para experiência em curso na Coreia do Sul, que vem conduzindo processo de revisão integral dos seus regulamentos.

O representante do Exército Brasileiro realizou exposição sobre o processo de revisão de decreto sobre fiscalização de produtos controlados no âmbito daquele órgão. Destacou que o objetivo da revisão seria conferir maior agilidade, transparência e eficiência aos controles envolvidos nas importações e exportações de produtos sensíveis. Entre as inovações a serem introduzidas estão: criação de estrutura centralizada de fiscalização, a fim de garantir a harmonização dos procedimentos de controle, elaboração de manual de conduta para os fiscais e criação de conselho consultivo para manifestação das partes interessadas. Manifestou expectativa de que a minuta de novo decreto possa ser levada à aprovação da Presidência ainda neste ano.

Representante da SE-CAMEX, por sua vez, relatou que o órgão vem realizando levantamento do acervo normativo da CAMEX, com vistas a uma eventual consolidação dessas normas. Informou que aproximadamente 90% dos atos normativos da CAMEX dizem respeito a alterações de tarifas e a medidas de defesa comercial. Observou que um dos principais desafios atuais diz respeito ao número crescente de resoluções CAMEX que tratam do indeferimento de pleitos de medidas de defesa comercial. Segundo ele, decisões dessa natureza poderiam ser objeto de ofícios administrativos, em vez de resoluções CAMEX. Manifestou ainda interesse da SE-CAMEX em eventualmente contar com a cooperação da CNI para o trabalho de consolidação de normas, a exemplo do que ocorreu na ANVISA.

O representante da CNI ressaltou as iniciativas que, na perspectiva do setor privado, deveriam ser adotadas por todos os reguladores (não só agências, mas também órgãos da administração direta) a fim de melhorar o ambiente regulatório no País: realização de consultas públicas sobre os projetos de regulamento; planejamento regulatório; e gestão do estoque de normas. Considerou que a falta de clareza sobre os regulamentos existentes e a forma de cumpri-los, além de gerar custos para as empresas, pode levar a práticas ilícitas. Destacou ainda a importância de que os órgãos reguladores criem regras de governança interna para dirimir conflitos burocráticos.

O representante da DACCESS/MRE também considerou importante que haja certo grau de padronização dos procedimentos de regulação adotados pelos órgãos e que esses padrões estejam previstos em lei. O representante do MDIC avaliou que a adoção de boas práticas regulatórias, além de contribuir para a competitividade das empresas brasileiras, facilitaria as interações do Brasil com outros países nessa matéria.

3. Agenda Regulatória de Comércio Exterior – Prioridades para revisão de leis e regulamentos

O representante da ANAC realizou apresentação sobre a experiência da agência no que diz respeito à elaboração, execução, revisão e acompanhamento de suas agendas regulatórias. No caso da ANAC, a agenda regulatória consiste em um documento com a indicação dos temas que demandarão a atuação da agência em cada período de dois anos. Na fase de elaboração da agenda, é realizada ampla consulta, tanto interna como externamente, que auxilia na priorização dos temas a serem eventualmente regulados pela ANAC. Em seguida, são realizados estudos (inclusive, análises de impacto regulatório), a fim de avaliar a pertinência de regular os temas identificados. Em caso afirmativo, são elaboradas propostas de regulamentos a serem submetidas a processo de consulta pública e posterior publicação final. A agenda regulatória pode ser ainda objeto de revisão e ajuste e tem a sua implementação monitorada pela ANAC.

A Secretária-Executiva da CAMEX propôs aos presentes iniciar debate sobre a conveniência de elaborar, de forma coordenada e com ampla participação, uma agenda regulatória comum aos órgãos, com o objetivo de trazer maior previsibilidade e transparência à atividade regulatória na área de comércio exterior. De forma a subsidiar esse debate, a Secretária-Executiva da CAMEX informou que a SE-CAMEX preparará nota técnica sobre o assunto, com o desenho de uma consulta pública sobre os temas a serem cobertos por eventual agenda regulatória comum.

4. Troca de informações sobre iniciativas de cooperação regulatória

A Secretária-Executiva da CAMEX explicou que o objetivo deste item nas agendas do GT Regulação será o de propiciar a troca de informações entre os órgãos sobre experiências internacionais e iniciativas de cooperação regulatória com órgãos de outros países. Isso permitiria aumentar o conhecimento a respeito dos projetos de cooperação internacional atualmente em curso na área de regulação e das melhores práticas regulatórias adotadas internacionalmente.